



# Anais da Assembléia

N.º 133

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE OUTUBRO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 200ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE OUTUBRO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quiel-se Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (41), achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglío, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara e Werner Wanderer (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA:

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 305/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 97/77, ex-Proposição no. 480/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SÃO TOMÉ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 305/77.

Levanta-se a Sessão.

## 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 201ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE OUTUBRO DE 1977.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quiel-se

Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Wilson Fortes (41), achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, José Domingos Scarpelini, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglío, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Buffara e Werner Wanderer (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procederá à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Sobre a ata) (Sr. Presidente, tive a impressão que foi lido pelo Sr. 2o. Secretário que, numa Questão de Ordem, tivesse este Deputado feito uma referência a que o substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, dizia respeito à segunda parte do projeto. Quando, na verdade, o substitutivo diz respeito ao artigo 1o.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência conferirá.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Realmente, Deputado Muggiati Filho, diz a ata que o substitutivo apresentado vem recair apenas sobre o artigo 2o., do projeto, o qual, no seu entendimento, é um projeto à parte, o qual se aprovado, pode ser passível de emendas, já que o projeto estará em andamento na Casa.

A Presidência concorda que a redação não está muito bem posta, e as notas taquigráficas haverão de registrar. No turno de 2a. votação, o Plenário decidiu pela aprovação do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, que validou o artigo 1o., do Projeto de Lei no. 92/77.

Hoje, será objeto de discussão e votação em terceiro turno o substitutivo que aprova o artigo 1o., do projeto original, voltando à Comissão o artigo 2o., e seu parágrafo para receber, na Comissão, dentro da técnica legislativa, nova redação; para receber pareceres, oportunidade em que serão analisadas também as emendas apresentadas àquela matéria para, posteriormente, ser incluído na Ordem do Dia e ser objeto de deliberação.

Continua em discussão a ata. — APROVADA com as restrições objeto de registro já feito.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, voto de profundo

pesar pelo falecimento do Sr. FERDINANDC CLAUS MOECKE, ocorrido em União da Vitória; dia 10 do corrente.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nosso pedido, pois tratava-se de um grande incentivador do progresso naquela cidade, industrial e comerciante, deixa tradicional família que continuará lutando pelo progresso de União da Vitória.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a consagração na ata desta sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da veneranda Sra. VIRGÍNIA DE SOUZA FERNANDES, ocorrido ontem, após 80 anos de vida, caracterizados por ações fundadas em robusta fé em Deus e notável amor fraternal.

Requer ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão à família enlutada e à Primeira Igreja Batista de Curitiba, da qual era integrante.

End.: Sr. Manoel Fernandes Júnior

rua Manoel Eufrásio, no. 1131.

Igreja Batista de Curitiba - rua Visconde de Guarapuava, 05

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações à S. Exa. o Sr. Ney Braga, DD. Ministro da Educação e da Cultura, pelo Programa de Política Nacional de Cultura, que vem sendo executado por aquele Ministério, incorporando-se à Política Nacional Integrada da Educação e a Política Nacional de Educação Física e Desportos, já em desenvolvimento em nosso País.

Tal programa tem por finalidades divulgar, como nunca se fez neste País, a cultura tipicamente brasileira, dentro das suas peculiaridades, assentando diretrizes para a conservação do acervo cultural e artístico característico do Brasil e alcançado no decurso de sua civilização.

Programas como este, são sem dúvida alguma, merecedores da admiração e do aplauso daqueles que amam a terra que tudo lhes proporciona.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à S. Exa. o Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Educação e da Cultura.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com o apoio do Plenário, requer inserção em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de congratulações pela passagem do Dia do Engenheiro Agrônomo.

Requer outrossim, que da deliberação desta Casa seja dado ciência à Associação dos Engenheiros do Paraná.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(a) WILSON FORTES

#### JUSTIFICATIVA:

O Século XX, entre outras características, apresenta-se como a era da Tecnologia. Se o domínio dos espaços é glória da inteligência humana, certamente o domínio sobre a natureza deve ser considerada como ponto singular para esta fase da nossa

civilização. A humanidade, apesar dos grandes progressos técnico-científicos, atravessa uma fase de falta de alimentos, quando grande parte de nossos irmãos passam fome, e as previsões não são de otimismo, a FAO apresenta perspectivas nefras para os próximos anos.

Registramos a passagem do dia dos homens responsáveis pela produção e produtividade de nossa agricultura. Eles, os engenheiros agrônomos, são os orientadores dos nossos produtores, os implantadores de novas técnicas, métodos em nossa agricultura.

Somos um país que ainda precisa de muita luta, de muitas orientações e de muito trabalho para alcançarmos o nível que nos colocará no estágio em que se encontram os grandes países.

Nesta data festiva para a classe técnica da agricultura e pecuária, registramos a nossa satisfação, na etapa em que vivemos, começa a ter repercussão e seu trabalho aparece com destaque e compreensão entre os nossos produtores.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Solidários com os esforços que V. Exa. está envidando na Educação Brasileira, cientes dos bons resultados que estão advindo de tais esforços e, principalmente, confiando no carinho e nos cuidados que V. Exa. põe nas coisas relacionadas com o Paraná, é que estamos ousando fazer o pedido que se segue:

No Norte do Paraná; mais precisamnete em Bandeirantes, uma Faculdade de Agronomia viceja. Ali, desde 1971, ela vem prestando bons serviços à comunidade não só do Paraná, mas também de outros estados brasileiros. Essa Faculdade, Sr. Ministro, desde sua criação até a presente data, já autorizada, reconhecida, pelo Governo Federal, graças ao vosso empenho e amor paranista, tendo formado seis turmas, vem cumprindo sua missão.

Cremos, Sr. Ministro, que tal instituição já atingiu um estágio de seu crescimento, e já prestou tão significativos serviços à Educação Brasileira, que está a merecer uma decisiva e firme ajuda por parte do Ministério da Educação e Cultura, para felicidade nossa dirigido por um paranaense da envergadura de V. Exa.

Esse é o nosso pedido, Sr. Ministro: ajude a Fundação Faculdade de Agronomia, "Luiz Meneghel" de Bandeirantes, federalizando-a. Ela precisa e o Paraná merece.

Certos de que nosso pedido tenha a acolhida mais favorável, aproveitamos a oportunidade para apresentar os protestos de alta estima e mais distinta consideração com que nos subcrevemos.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(a) FUAD NACLI

APOIAMENTOS: Alfredo Gulin, Ivan Rüppel, Adalberto Daro; Augusto Carneiro, Lineu Turra, Edilson Alencar, Antônio Facci, Fidelcino Tolentino, Jayme Rodrigues Carvalho, Wilson Fortes, Accioly Neto, Gabriel Manoel, Ernesto Gnoato, Muggiati Filho, Renato Bernardi, Waldenício Barbalho, Otássio Pereira, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Lúcio Machado, Trajano Bastos, Enéas Faria, Luiz Roberto Soares, Domício Scaramella, Hélio Manfrinato, Osvaldo Macedo, Ivo Thomazoni, Basílio Zanusso, Erondy Silvério, Nilso Sguarezi, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo e Jurandir Messias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, na forma regimental, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, apelo no sentido de que S. Exa. recomende com empenho, à Confederação Brasileira de Desportos, o exame aprofundado do estudo elaborado pelo Dr. Antônio de Mello Paçeco, já encaminhado àquela entidade, e que visa racionalizar o Campeonato Brasileiro de Fute-

tebol — COPA BRASIL.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja encaminhada moção de apoio desta Casa ao Sr. Presidente do Clube Atlético Paranaense, Sr. ANIBAL KHURY, pela iniciativa de dirigir proposta de compra do Estádio do Paraná (PINHEIRÃO), dando-se ciência deste apoio, oficialmente ao homenageado, ao Sr. Presidente da Federação Paranaense de Futebol e ao Sr. Presidente do Conselho Deliberativo do Clube Atlético Paranaense, Dr. JOÃO ELIZIO FERRAZ DE CAMPOS.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1977.

(a) IVAN RUPPEL

### JUSTIFICATIVA:

Não há muito a justificar-se, para que se proponha a presente "moção de apoio". Todos nós, representantes do povo de nossa terra, de há muito estamos acompanhando as dificuldades que se sobrepõem para a conclusão do Estádio do Paraná, que se iniciou fruto do sonho e da perseverança (diríamos por quase teimosia) do ex-Presidente da Federação Paranaense de Futebol, Dr. José Milani.

Agora, após tanto tempo de paralização das obras, verificada a quase impossibilidade de sua conclusão pelos meios previstos inicialmente, consubstanciada a falta de estrutura técnico-financeira que a vinha apoiando, é de regozijar-se pela notícia de proposta séria e viável para a solução do problema.

Foi com satisfação que tomamos conhecimento da solidariedade e espírito desportivo que se manifestou pela presença digna e eficiente dos Srs. Presidentes de Clubes e de Ligas do Interior, na reunião realizada dia 07 do corrente mês, da Federação Paranaense de Futebol, quando foi aprovada a proposta do Clube Atlético Paranaense, na licitação à qual concorreu.

Nada mais oportuno que atribuir-se a um dos clubes de futebol de maior expressão e tradição no esporte de nossa terra, mediante a responsabilidade técnico-financeira que é prevista dentro de um plano da realidade possível, a missão hercúlea e difícil de ser concluída a obra, dando-se ao nosso povo o conforto e a instalação de um estádio à altura de nossa expressão política, vendo-se resguardados, inclusive, os direitos daqueles nossos conterrâneos que adquiriram suas cadeiras cativas, em número aproximado de 4.000.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, e Comandante da Polícia Rodoviária, no sentido de que se dignem determinar urgentes providências para deslocamento de policiamento permanente na Rodovia BR-158, no trecho Laranjeiras do Sul - Salto Santiago, que já se encontra aberta ao tráfego.

Justifica o presente apelo, o fato de que a referida rodovia que se encontra aberta ao tráfego há mais de quatro meses, com grande volume de trânsito, e por falta de policiamento, vem sendo palco de sérios acidentes, senão pela falta de orientação, pelo abuso dos condutores de veículos que não observam a sinalização.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1977.

(a) LINEU TURRA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o

Plenário, mui respeitosamente requer seja enviado ofício ao SENAC, solicitando seja estudada a possibilidade de o mesmo serviço criar uma Escola na Sede Municipal de Toledo, considerando as razões de nosso pronunciamento de hoje, nesta Casa, cópia do qual requeremos seja anexado ao ofício.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1977.

(a) EGON PUDELL

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requerem o envio de expediente com a máxima urgência, aos Exmos. Srs. Secretários da Segurança e da Justiça, solicitando imediatas providências no sentido de oferecer intenso policiamento à cidade de Janiópolis, onde acaba de ser, covardemente assassinado, o chefe do Serviço Rodoviário Municipal, ex-Presidente da Câmara Municipal daquele município.

Que se solicite também, nesse expediente, a designação de um DELEGADO ESPECIAL para presidir o inquérito, bem como se determine a imediata ida de um PROMOTOR da Comarca de Campo Mourão para acompanhar as investigações.

A cidade de Janiópolis é hoje uma cidade intranquila. Não há qualquer segurança. Pistoleiros matam e desaparecem impunemente. Repete-se agora o ocorrido durante a última campanha municipal, quando o atual Prefeito sofreu tentativa de homicídio.

Há um sindicato do crime instalado naquele município, que precisa ser desbaratado.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(aa) Osvaldo Macedo, Quielse Crisóstomo e Jayme Rodrigues Carvalho

### PROJETOS DE LEI:

#### PROJETO DE LEI No. 142/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1o. — As Sociedades Civis, as Associações e as Fundações constituídas no Estado do Paraná, ou que aqui exerçam suas atividades através de representação e que visem exclusivamente servir desinteressadamente à coletividade, poderão ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- I — que possuam personalidade jurídica há mais de um ano;
- II — que estão em efetivo exercício e servem desinteressadamente à coletividade, em observância aos fins estatutários;
- III — que não remunera a qualquer título os cargos de sua Diretoria e que a entidade não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;
- IV — que, comprovadamente, mediante relatório apresentado, promove a educação, assistência social, ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas de caráter geral ou indiscriminatório.

Art. 2o. — As entidades declaradas de utilidade pública serão inscritas no Cadastro Geral da Coordenadoria do Bem Estar Social, o qual receberá e averbará a remessa dos relatórios circunstanciados, a que ficam obrigadas as entidades a apresentarem anualmente, dos serviços que prestam à coletividade no ano anterior.

Art. 3o. — Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente:

- I — deixar de apresentar, durante três (03) anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual a que se refere o Art. 2o., desta Lei;
- II — deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para o qual foi constituída;
- III — remunerar, sob qualquer forma, os membros da sua Dire-

toria, ou conceder e distribuir lucros, bonificações ou outras vantagens e dirigentes, mantenedores ou associados.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CORTES

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei pretendemos, à exemplo do que já existe na legislação federal (Lei número 91, de 28/8/35 e Decreto número 50517, de 02/05/61), disciplinar o instituto da declaração de utilidade pública no Estado do Paraná.

São estes os motivos do presente projeto de lei que esperamos mereça a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 143/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Araucária o imóvel de propriedade do Estado, adquirido por compra de João Carrano e sua mulher Dna. Helena Carrano, pelo valor de Cr\$ 74.090,00 (setenta e quatro mil e noventa cruzeiros), conforme escritura lavrada no Cartório do Registro de Imóveis da cidade de Araucária, às fls. 170, Livro 3, número 5, sob o número 3.696 de 10/01/52, constituído de um terreno com áreas de 4.213,10 m<sup>2</sup> (quatro mil duzentos e treze metros e dez centímetros quadrados) contendo uma casa de madeira, coberta de telhas de barro, planta, tipo marmelha, uma garagem de madeira, coberta de telhas e ainda um depósito, também de madeira, sito no lugar denominado Guajuvira - Município de Araucária, tendo as seguintes confrontações: 40,70 metros de frente para uma rua sem denominação; 95,00 metros do lado direito, dividindo com Paulo Binhara; 79,70 metros do lado esquerdo onde divide com a propriedade de Leonardo Figuel e 37,00 metros na linha de fundos, dividindo com Elias Jorge, imóvel esse que os outorgantes adquiriram em maior área por título transcrito no Registro de Imóveis da Comarca de Araucária, sob o número 2501, livro 3 - número 4, conforme Escritura lavrada em 14/08/50, no 4º Tabelionato de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

#### JUSTIFICATIVA:

A doação do imóvel de propriedade do Estado, cuja Certidão anexamos ao presente, que pretendemos com o presente projeto de lei, irá proporcionar ao Município de Araucária a construção através de convênio com o Ministério da Educação e da Cultura, de uma quadra polivalente e uma unidade escolar de primeiro grau.

Com isso esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A Junta Comercial do Paraná está em terceiro lugar quanto ao arquivamento de novas empresas, logo após os Registros do Comércio de São Paulo e Minas Gerais e na frente do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e demais Estados. Este fato mostra a vitalidade da economia paranaense, mesmo num período de reconhecida redução dos negócios.

Senhores Deputados, trago esta informação para mostrar a importância de ser agilizada a atividade da nossa Junta Comercial, responsável pelo registro de toda a documentação das empresas comerciais e industriais que se movimentam em

nosso Estado.

Como obter mais velocidade no trabalho da Junta?

Transformando seu regime jurídico, de órgão da administração direta, para autarquia. Até agora, 13 Estados brasileiros já seguiram este caminho:

Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

Operando no regime de autarquia — como por exemplo a nossa Imprensa Oficial — a Junta Comercial do Paraná poderá contratar mais e melhores servidores, treinar seu quadro, equipar-se melhor, tudo para dar mais rapidez ao exame dos processos comerciais que aos milhares, chegam mensalmente do interior e da Capital.

A tese da transformação da Junta Comercial do Estado está sendo pedida pelos principais interessados, que são os empresários e advogados que utilizam os serviços desse órgão do Registro do Comércio. Neste sentido se manifestaram publicamente a Federação das Indústrias do Paraná, Federação do Comércio, Federação do Comércio Varejista, Associação Comercial do Paraná e Ordem dos Advogados do Brasil.

O Governo do Estado, através da Secretaria da Justiça, já iniciou estudos para a transformação e pediu o parecer da comunidade empresarial e jurídica. A Comissão de Alto Nível, constituída por resolução do Secretário Túlio Vargas, da Justiça, foi composta dos doutores Rubens Requeição, pela Ordem dos Advogados; Rubens Macedo, Associação Comercial do Paraná; Luiz Antônio Rocha, Promotor Público e Eraldo Mendes Pereira, Procurador Regional da Junta. Esta Comissão opinou a favor da autarquia.

Doutro lado, tenho em mãos trecho do pronunciamento do Presidente da Federação do Comércio Varejista, Doutor João Kracik Neto, sobre o mesmo assunto: "A Junta Comercial do Paraná possui arquivo com mais de 6 mil volumes de documentos de empresas comerciais e industriais. Cada volume pesa aproximadamente três quilos, totalizando 18 mil quilos. Desses volumes, aproximadamente 300 são retirados das prateleiras diariamente, para consultas, informações, certidões e fotocópias, o que importa em trabalho de busca e manuseio exaustivo. Se fosse microfilmado esse arquivo, todo ele seria centralizado em armários com as cópias dos documentos, os quais possibilitariam extrair fotocópias em menos tempo e com sensível redução de trabalho".

Senhores Deputados, basta isto para mostrar a importância da transformação da Junta em autarquia. Os benefícios dessa medida serão do empresariado e do povo paranaense, através do desenvolvimento mais rápido do Paraná.

Para que isto seja atingido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encaminhar à Mesa da Assembléia, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja enviada solicitação ao Chefe do Poder Executivo, no sentido de ser elaborada e remetida a esta Assembléia, mensagem de transformação da Junta Comercial do Estado do Paraná, em autarquia estadual.

Como justificativa, junta a íntegra de discurso pronunciado nesta data.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito. — (Pausa). — (Ausente).

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, inscrito.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, encaminho, Sr. Presidente, para ser apre-

ciado por esta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ontem, de Américo Alves Pereira, ex-Presidente da Câmara Municipal de Janiópolis que, atualmente, exercia as funções de chefe de obras da Prefeitura, assassinado, drástica e barbaramente, cerca das 11 horas, em frente à Prefeitura Municipal daquela cidade.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, juntamente com o Sr. Deputado Osvaldo Macedo, encaminhamos a V. Exa. e à Casa, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, depois de ouvido o Plenário, no uso de suas atribuições regimentais, requer:

1 — seja consignado na ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento, no dia de ontem, na cidade de JANIÓPOLIS, deste Estado, do Sr. AMÉRICO ALVES PEREIRA, pioneiro daquela região, atualmente ocupava o Cargo de Chefe de Obras da Prefeitura Municipal;

2 — seja, depois de aprovado, dado ciência deste à família enlutada, o que deverá ser feito através da Prefeitura Municipal de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1977."

Sr. Presidente, tivemos, ontem, por telefone, a notícia desse homicídio ocorrido aos olhos de tantos, em frente à Prefeitura Municipal de Janiópolis. Temíamos, Sr. Presidente; temíamos, Srs. Deputados, como tememos, seja um novo crime político, naquela cidade.

Hoje, o jornal "O Estado do Paraná", anuncia — "EM JANIÓPOLIS CLIMA DE TENSÃO", e diz:

"O Secretário de Obras da Prefeitura de Janiópolis, Américo Alves Pereira, ex-Presidente da Câmara de Vereadores daquele município, foi assassinado, ontem, às 11 horas. O crime teria sido praticado por três elementos que ocupavam um "Corcel Branco", vidro fumê, placa PF 0174, provavelmente de Campo Mourão. O clima de pavor da cidade, já teria provocado a renúncia de 5 Vereadores que, segundo as informações, alegaram falta de segurança. A renúncia poderia, também, atingir o Chefe do Poder Executivo Municipal. O político assassinado, era pessoa de grande influência no município."

Sr. Presidente, Srs. Deputados — existe alguém culpado por mais este homicídio. Este Deputado, por 3 ou 4 vezes, já ocupou esta tribuna, para denunciar desmandos da Polícia de Janiópolis.

Naquela cidade, Sr. Presidente, o candidato a Prefeito do Movimento Democrático Brasileiro, sofreu um atentado de morte, salvando-se mercê de Deus. Um Vereador apanhou durante a campanha, a mando de um político da ARENA, aliás, apanhou do próprio político. Este mesmo Vereador foi espancado há questão de dias, por haver feito denúncias.

Ontem, Sr. Presidente, assassinado o Américo, ex-Presidente da Câmara Municipal de Janiópolis, e vale dizer que pertencia ao partido do Governo, que empunhou a bandeira do MDB, na eleição próxima passada, ao lado do atual prefeito eleito. Como Vereador foi um homem lutador, sem manchas, sem máculas, tendo sido responsável pela denúncia de arbitrariedades do ex-Prefeito Municipal. Não sei como foi assassinado ontem e por quem, não sei. O que sei é que agora acabo de telefonar ao Vereador, e ele disse: Cinco Vereadores do MDB e o Prefeito Municipal haverão de pedir renúncia nas próximas horas, porque não têm segurança para administrar o município.

Estão lá os pistoleiros nas ruas e a polícia de olhos fechados. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para acabar com esse abuso, para que aquele povo volte à tranqüilidade, possa sair às ruas e seja respeitado por aqueles que foram esmagados nas urnas, é que nós estamos encaminhando este requerimento e pedindo para que a Casa, por unanimidade, vote favoravelmente, para que Janiópolis e aquelas famílias voltem à paz social. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Facci). — Concedo a palavra

ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias via-se um posicionamento de coragem do jornal que eu tenho, em outras oportunidades chamado, nesta quadra da vida nacional, o paladino da liberdade, juntamente com o seu subsidiário, o "Jornal da Tarde", pertencente ao grupo a que me refiro, "O Estado de São Paulo".

Há poucos dias, o Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo, apresentava denúncia contra diretores daqueles órgãos de imprensa, porque em editorial tecia comentários a respeito do papel dos representantes do Ministério Público naquele Estado paulista.

Relatou o caso do insurgimento do Poder contra a imprensa, referindo-se a denúncias que tem feito a respeito do caso — de afastamento de Promotores que têm recebido punição disciplinar pelo conduzimento dos feitos que estão sob o seu poder, sob suas atribuições funcionais, e por isso aplicava punição disciplinar como ocorreu com aquela Promotora, Luzia Galvão, que denunciara um processo — farsa envolvendo um policial. Referiu-se, ainda a outros procedimentos, como do médico legista de São Paulo, Harry Shibata, no caso do laudo, senão me engano, daquele jornalista Wladimir Herzog.

Fez crítica, inclusive à Procuradoria Geral da República, relativamente a denúncia apresentada contra o jornalista Carlos Chagas e enumera outros fatores. Quando ainda se referiu a Lourenço Diaferia, da "Folha de São Paulo", que também teria atacado o Governo em editorial. Como se vê, as críticas desveladas que tem recebido o Ministério Público, seja na esfera federal, seja na esfera dos Estados, têm sido praticamente uma constante da imprensa, principalmente, da imprensa do Estado de São Paulo.

Vejam, Srs. Deputados, o caso da denúncia que o Sr. Procurador Geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, faz, agora contra o Presidente Nacional do MDB — Deputado Ulisses Guimarães, que tem uma passagem histórica neste País e que serve a esta Pátria desde 1950, e que não recebeu até hoje, no exercício dos seus mandatos, que têm sido inúmeros e respeitáveis neste País, jamais recebeu qualquer censura de ordem partidária, ou de qualquer organismo dos poderes constituídos, principalmente, das Procuradorias Gerais, seja estadual, seja federal.

E, que pretende o Procurador Geral da República? Por denúncia alcançá-lo como incurso nas penalidades do art. 347 do Código Eleitoral por ter ofendido ou por ter exorbitado em levar o programa do MDB, do Simpósio do MDB, feito através de uma programação do Instituto Pedrosa Horta, cujo programa foi levado ao ar através de rádio e televisão, no dia 27 de junho do corrente ano. Entendeu aquele Procurador, que o programa deveria de ser levado ao ar ao vivo e, não, através de uma gravação, consoante fala o jornal "O Estado de São Paulo". É lamentável que o Procurador tenha feito uma interpretação draconiana e busque alcançar a punição de caráter excepcional ao Presidente do Partido Oposicionista. É lamentável que fatos como esses firam, ainda mais, o direito de liberdade que tão ferido está há quase 14 anos, neste País. E eu não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar passar sem nenhuma referência e sem lacrar aqui, desta tribuna, o protesto do meu partido por delegação do Líder da minha bancada, porque não é possível se falar que estamos vivendo num regime democrático e que um partido político não tenha condições de cumprir o seu programa. E nem a ARENA tem condições de cumprir o programa porque não chegou, ainda, a usar o rádio e a televisão para divulgação de seus estatutos, do seu programa partidário. Aí, está a prova cabal de que não estamos vivendo um regime democrático, que a Nação, pelas suas lideranças, de todos os setores, tanto reclama.

Aí está, Sr. Presidente, a indiferente posição que o Go-

verno adota de forma excepcional. Se a um partido não é dado a liberdade de expressar o seu programa, por que essa falsa imagem de regime de liberdade?

E, por que o bloqueio dos meios de comunicação, Sr. Presidente?

(Tímpanos).

Quero concluir...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deputado Fidelcino Tolentino, parece-me que, infelizmente, cabe sempre ao Presidente, a parte antipática que é de tirar...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Compreendo, agradeço e quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — ...V. Exa. que faz, hoje, pronunciamento brilhante mas, só para lembrá-lo de que o tempo de que V. Exa. dispunha se esgotou e lhe concede o tempo para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado.

E, por que o bloqueio dos meios de comunicação?

Não há crime possível, neste episódio, Sr. Presidente!

É até vergonhoso, hipotecar um ilícito eleitoral, se o programa precedeu de autorização da Corte Suprema do Tribunal Superior Eleitoral.

O que o Procurador Geral da República quer é intimidar as lideranças oposicionistas, quem sabe até, num cochilo de que se fala tanto em regime democrático. Não bastou a cassação do Líder Alencar Furtado, que na mesma oportunidade foi à televisão e ao rádio.

Que pretende o Governo, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Sufocar as vocações de liberdade deste País? Ou quer uma agremiação covarde, com a fisionomia duvidosa, acanhada e sem cumprimento das suas finalidades? Ou estará com receio do juízo popular?

Deixo aqui este protesto, Sr. Presidente, mais uma vez, pelo arbítrio que se comete, pela imposição que se faz, e pelo desrespeito ao homem e às suas idéias de liberdade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos hoje esta tribuna para falar sobre as atividades da CEMEP de Toledo, que sob a coordenação do Professor Pedro Breno Franz vem realizando uma obra de relevante importância, de grande utilidade para a nossa região.

A gama de especialidades de ensino, de caráter profissionalizante, as quais reuniram 685 participantes, traduz uma singular variedade de especializações, como sejam Conservação de Solos — Administração de Pessoal — Legislação Trabalhista — Auxiliar de Serviço de Saúde — Auxiliar de Serviço de Escritório — Noções Básicas de Nutrição — Relações Humanas no Trabalho — Saúde e Higiene Escolar — Datilografia — Atendente Hospitalar e outros.

As entidades conveniadas foram a CETEPAR, SENAC, SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, MOBRAL, INCRA e PREFEITURA MUNICIPAL e SESC e o resultado dos trabalhos foi altamente auspicioso eis que, dos 685 participantes, 470 foram aprovados, por terem terminado os respectivos períodos — os cursos dos restantes 215 alunos continuam ainda em desenvolvimento.

É inteiramente válido que pretendamos seja criada em Toledo uma Escola do SENAC, em cujo prédio todas as instituições possam exercer tais ensinamentos, de tanta importância nas comunidades de trabalho que representam em conjunto o contexto brasileiro.

E, como a prova dada pelos números é irrefutável, como acabamos de nos reportar, reafirmamos a nossa convicção de que em Toledo deve ser criada uma escola do SENAC.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Julgamos oportuno destacar como se processava o ensino profissionalizante na Alemanha; há muitos anos atrás, o que deve acontecer de mesmo modo ainda nos dias de hoje. Os cursos profissionalizantes se dividiam em três grupos, que se denominavam, pela categoria, em Fachshule, que compreendia as profissões mais generalizadas, os Technikum, que compreendia as escolas técnicas, em suas variadas espécies, cujo "currículo", ao ser terminado o curso, correspondia a determinado diploma de Engenheiro, e, finalmente, as Hochschule, isto é, escolas superiores que concediam o diploma superior, propriamente dito, como acontece nas Universidades brasileiras.

Acontece que, em nosso país, há um grande mercado de trabalho para todos os profissionais, sobretudo naquele que denominados acima de Fachschule, que podemos comparar, em certos termos, ao que se propõe o SENAC, no Brasil, cujas exigências de conhecimento são decorrentes das necessidades do mercado de trabalho de cada país.

Por outro lado, cumpre-nos salientar que em nosso país não precisamos copiar nada de ninguém, eis que dispomos de sistemas educacionais os mais perfeitos, e o que declaramos acima tem apenas o caráter informativo de como acontecia e provavelmente acontece em um país altamente adiantado, com o propósito de salientar como são de relevância os cursos profissionalizantes que o SENAC e outras entidades vêm implantando, facultando assim a alimentação ao mercado de trabalho que só está sob as nossas vistas.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, encarecemos que, juntamente com o ofício que estamos requerendo, seja enviado também ao SENAC uma cópia deste nosso pronunciamento. Entendemos que, desde que possamos contar com uma escola do SENAC na sede Municipal de Toledo, se propicie uma continuidade de trabalho com a que enunciamos nesta oportunidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para confirmar e reafirmar a miúdo e por inteiro, a denúncia aqui formulada pelo eminente Deputado Jayme Carvalho. E para dizer ao Paraná, que hoje no Paraná existe uma cidade intranquã; uma cidade assaltada pela insegurança, pelo medo, pelo temor, pela intranquã; por falta de responsabilidade das autoridades policiais do Paraná.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e o Paraná inteiro sabe, que durante a última campanha municipal, desta tribuna, eu denunciei e o Deputado Jayme Carvalho também denunciou, perigo e o terror que corriam pela cidade de Janiópolis. Quando o candidato a Prefeito pelo Movimento Democrático Brasileiro e hoje prefeito, Antônio Ferreira Dang, fora brutalmente atacado por pistoleiros pagos, evidentemente por alguém interessado em destruir-lhe a vida e impedir que ele concorresse às eleições municipais, onde foi vitorioso.

Preso o pistoleiro, comprovou-se a autoria do mando.

Depois, foi um Vereador atacado e agredido por um chefe político municipal. E ainda ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é um cidadão, ex-vereador da Aliança Renovadora Nacional; ex-Presidente da Câmara Municipal, funcionário de destaque, exercendo cargo em comissão na Prefeitura Municipal, a ser brutalmente assassinado, por três pistoleiros pagos.

Parece até, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que existe na cidade de Janiópolis um sindicato do crime. Por que as mesmas pessoas que compõem o mesmo agrupamento político; que comungam das mesmas idéias, que têm o mesmo adversário comum, sempre são elas a serem agredidas, a serem perseguidas, a serem assassinadas?

E o interessante, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que desde a eleição municipal, a cidade de Janiópolis não recebeu a



segurança municipal que precisa.

O Sr. Prefeito Municipal, ainda há pouco, falando com ele, por telefone, confessava-nos que, por cinco vezes, solicitou ao Sr. Secretário de Segurança Pública um policiamento especial para Janiópolis e não foi atendido. Lembrava-me também que, infelizmente, o Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, o Sr. Armando Queiroz, teve influência política no município e oferecendo proteção política no município aos adversários das pessoas assassinadas, agredidas, talvez não tivesse interesse também que aquele município tivesse a necessária segurança, tivesse a necessária proteção.

Não sei quantos mais morreram, o que sei é que a cidade de Janiópolis corre o risco de ficar sem Prefeito e sem Vereadores, porque nem Prefeito, nem Vereadores têm mais segurança para continuar a exercer a sua função, porque todos estão correndo risco de vida naquele município.

E ao reafirmar o requerimento apresentado pelo Deputado Jayme Carvalho pedindo proteção especial, pedindo policiamento intensivo, pedindo um delegado especial, quero aqui dizer, da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que se mais um crime político ocorrer em Janiópolis, se mais um pistoleiro à solta naquela cidade, a responsabilidade — o Paraná fica sabendo — fica por conta única e exclusiva das autoridades estaduais do Paraná, do Sr. Governador, do Sr. Chefe da Casa Civil, do Sr. Secretário de Segurança Pública que já foram alertados para o problema e não tomaram nenhuma providência.

Daí porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso requerimento pede com a máxima urgência se ofereça à cidade de Janiópolis policiamento intensivo, delegado especial e segurança total, sob pena dessas autoridades estaduais serem responsabilizadas. Podem não ser consideradas legalmente, mas serão consideradas moralmente, co-autoras de qualquer crime que, nas mesmas circunstâncias venham a ocorrer na cidade de Janiópolis.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dias agitados que viveu esta Casa, nesta última semana, que na sessão de hoje continua o mesmo clima de certa agitação por fatos relatados na tribuna pelos nobres representantes do MDB, parecem amenizados pela presença dessas crianças, hoje, no plenário desta Casa. Exatamente no dia reservado à criança brasileira, recebemos a visita de uma gentil professora, que não sei o nome, não sei o nome do estabelecimento de ensino que visita esta Casa.

Mas quero, em meu nome pessoal, dar as boas vindas a essas crianças que tanto encantam as nossas vidas; a essas crianças sobre as quais repousam as nossas esperanças de um futuro melhor, de um futuro melhor do que o que nós tivemos e de dias melhores para a Nação brasileira do que hoje ela vive. E uma esperança que, com o trabalho dessas crianças, que com o trabalho patriótico de suas mestras, essas crianças possam, no futuro, conduzir esta Pátria para seu grande destino histórico.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, há muito tempo venho condenando o sistema irracional que a Confederação Brasileira de Desportos, a CBD, principalmente agora, sob a direção do Almirante Heleno Nunes, vem imprimindo ao Campeonato Nacional da Copa Brasil, um calendário totalmente irracional e que tem causado uma verdadeira sangria nos cofres da Caixa Econômica, mais propriamente dito, nas verbas da Loteria Esportiva.

Se formos aqui analisar todos os erros cometidos na elaboração das tabelas do Campeonato Brasileiro da Copa Brasil, na escolha dos participantes que hoje já não atendem

mais os critérios técnicos mas, sim, exclusivamente a critérios políticos, não chegariam os 5 minutos que nós temos neste Pequeno Expediente.

Mas para que não passe em branco, um trabalho magnífico, de um desportista paranaense — por sinal ligado ao glorioso Esporte Clube Pinheiros, o seu ex-Presidente, Antônio Carlos Melo Pacheco — que elaborou um trabalho notável, Sr. Presidente e eminentes Srs. Deputados, um trabalho racional, uma sugestão magnífica, que, se adotada pela CBD, irá trazer benefícios sem conta, ao futebol brasileiro, uma economia muito grande aos cofres da Caixa Econômica, através da verba da Loteria Esportiva.

Mas inexplicavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este estudo foi encaminhado à CBD em janeiro de 1977, e o autor do mesmo não recebeu sequer a gentileza de um "acuso", de uma resposta do Sr. Presidente da CBD, hoje mais preocupado com política, do que com o futebol brasileiro.

Mas nós que conhecemos a sensibilidade do Ministro Ney Braga que é desportista, que é homem ligado ao esporte principalmente ao futebol, nós temos absoluta certeza que o Sr. Ministro da Educação não conhece o trabalho do seu patrício, seu conterrâneo, Antônio Carlos Melo Pacheco, mas, tenho certeza de que, aprovado o nosso requerimento de encaminhamento deste trabalho, ao Sr. Ministro Ney Braga, ele de imediato providenciará para que a CND o adote, porque este trabalho, este estudo que consumiu meses de trabalho, ao meu ver é a redenção do futebol brasileiro!

Vou encaminhar às mãos do Sr. Presidente, para que submeta à apreciação da Casa, o nosso requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados.

Conforme pedido de informações dirigido à Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, em data de 29 de setembro próximo passado, por essa Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, Sua Excelência o Deputado Trajano Bastos, da tribuna solicitou inúmeras informações sobre as administrações desta Casa.

Embora alguns jornais da Capital tenham significado a decorrência de 15 dias, sem que a Comissão Executiva oferecesse as respostas às indagações do Movimento Democrático Brasileiro, a Presidência deve, de início, significar que o Movimento Democrático Brasileiro apresentou o pedido de informações no dia 29 de setembro, numa quinta-feira. Autuado seu requerimento ao final da tarde daquele dia, só começou a ser processado na segunda-feira seguinte e, portanto, desgasta-se, hoje, o prazo de 7 dias úteis de expediente deste Poder.

Acredita a Presidência significar esse espaço de tempo razoavelmente curto para o levantamento das informações solicitadas pelo ilustre líder do MDB.

Podem ainda alguns parlamentares estranhar o fato de que o Presidente responde da tribuna às perguntas feitas pelo MDB. Todavia, deve o Presidente esclarecer que respondeu, entregando pessoalmente a S. Exa. o Sr. Deputado Trajano Bastos, as informações que dizem respeito ao pedido anteriormente formulado por S. Exa. e entregue em mãos, ao Presidente.

Da mesma forma que assim procedeu, ao responder pedido de informações do Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado, quando também o fez encaminhando pessoalmente à Presidência.

Como, todavia, esse pedido de informações foi dirigido à Comissão Executiva, da tribuna, sente-se a Comissão Executiva na obrigação de dar satisfações, não à imprensa tão somente, mas à opinião pública e Srs. Deputados, respondendo também, da tribuna, da mesma forma com que foi argüido.

Dizia que a liderança do MDB encaminhou uma relação de arguições. S. Exa. o Sr. Deputado Trajano Bastos fez menção a vários itens com relação à frota de veículos do Poder. Fez menção a contratos de prestação de serviços, verba dos gabinetes de representação, administração financeira da Assembléia, o que procuro responder com riqueza de detalhes. Todavia, a Presidência coloca-se, de antemão, à inteira disposição do MDB para a análise que o MDB fizer a respeito e poderá a Presidência complementá-la a qualquer tempo, entendendo que é obrigação de quem administra, prestar contas de sua ação.

Primeira pergunta: quanto à frota de veículos da Assembléia.

a) A frota de veículos da Assembléia, até 01 de março de 1977, data de sua assunção à Presidência da Assembléia, se constitui de 29 veículos distribuídos entre os vários gabinetes de representação, Liderança do Governo e Oposição e serviços de administração, conforme a seguinte especificação:

Gabinete da Presidência — 1 automóvel LTD Landau, uma camioneta Veraneio, um automóvel Chevrolet Opala e um automóvel Ford Corcel. O automóvel LTD Landau, ano de 1974, a Veraneio ano 1972, o Opala, ano 1974 e o Ford Corcel, ano 1972.

Gabinete da Primeira Vice-Presidência — automóvel Opala Chevrolet - ano 74; Gabinete da Segunda Vice-Presidência — um automóvel Ford Corcel, ano 74. E por aí, vai a relação dos automóveis dos Gabinetes. Da Primeira Secretaria — 5; do Gabinete da Segunda — 3; do Gabinete da Terceira — 1; da Quarta Secretaria — 1; da Liderança — 1; da Liderança do MDB — 2; da Liderança da ARENA — 1 e do Governo, 1. Diretoria Geral — 1; Departamento Administrativo — 2; Departamento Legislativo — 1; Departamento de Finanças — 1; Departamento de Divulgação — 1; Departamento de Oficina e Manutenção — 1; e Serviço de Assistência Social — 3.

Cabe-me aqui, alguns comentários. No Gabinete da Liderança do MDB, estão postos aqui todos os Gabinetes, o ano, a marca dos automóveis. Nenhum deles, acima do ano de 1974. Grande parte deles, ano de fabricação - 72. Portanto, quase todos inservíveis para o serviço.

Um dos automóveis, o For Corcel, 74, cor preto formal, sofreu uma colisão na cidade de Londrina, a 8 de setembro de 76, tendo sido recolhido ao Parque do DETRAN naquela cidade e depois abandonado por seu condutor, motorista Anibal Assunção. E não tendo havido comunicação oficial à Casa por parte do titular do Gabinete, razão pelo qual o automóvel permaneceu cerca de nove meses naquela cidade em completo estado de abandono. Somente no dia 12 de maio de 1977, quando assumimos a Chefia do Poder, é que o setor de transportes, arguido por nós, localizou. E instruímos processo de busca, cujos autos estão apensos ao pedido às respostas que estamos fornecendo.

Devo significar também, que após 01 de março de 1977, foram substituídos vinte veículos, muitos deles de alto custo de manutenção e elevado custo de combustível, tendo sido adquirido treze veículos novos, de baixo custo de manutenção e também de baixo consumo de combustível. Havendo portanto, e aí desejo significar uma redução de sete veículos. Quando assumimos dizia, encontramos uma frota de 29 veículos prestando serviços à Assembléia Legislativa do Estado. Estamos atualmente com uma frota de 22 veículos prestando serviços. Além da redução de sete veículos que passamos a ter menos, a partir de alguns meses, foram também e estão sendo objeto também de alienação, outros carros considerados inservíveis.

Tenho, em detalhes, todas as informações com o valor a que cada veículo foi alienado. O que consta também da pergunta que foi endereçada à Presidência, pela liderança do Movimento Democrático Brasileiro.

Devo dizer, portanto, que 10 automóveis Chevrolet Chevette, ano 1977 — cor branca, no valor unitário de Cr\$

61.368,50, foram adquiridos perfazendo um valor total de Cr\$ 613.685,00. E adquirido um automóvel L.T.D. Landau — ano 1977, cor preto, no valor de Cr\$ 221.250,00, para o Gabinete da Presidência. Os automóveis Chevrolet Chevette, acima descritos, foram distribuídos, da seguinte maneira:

- 1 — Gabinete da Presidência;
- 1 — Gabinete da Primeira Secretaria;
- 1 — Gabinete da Primeira Vice-Presidência;
- 1 — Gabinete da Segunda Vice-Presidência;
- 1 — Gabinete da Segunda Secretaria;
- 1 — Gabinete da Terceira Secretaria;
- 1 — Gabinete da Quarta Secretaria;
- 1 — Gabinete da Liderança da ARENA;
- 1 — Gabinete da Liderança do MDB;
- 1 — Gabinete da Diretoria Geral.

Tramita na Casa processo para substituição do Dodge Dart da Primeira Secretaria e de duas ambulâncias velhas, por duas ambulâncias novas, cujo processo de licitação já está tramitando e se houve alteração em número e padrão de veículos porque também se pergunta.

Como vê, o número de veículos foi reduzido de 29 para 23 e será reduzido para 22.

Quanto ao procedimento legal adotado para a alienação e aquisição tudo faz parte integrante do protocolado 5828/77 de 16 de junho de 77, onde o Sr. Primeiro Secretário, como se pode notar, manda anular a primeira concorrência, em virtude das firmas que se apresentaram não terem atingido o valor mínimo determinado pela comissão do lote dos veículos da Assembléia que entraram posteriormente como parte de pagamento por um preço bastante elevado na segunda fase do processo de transação, fotocópias todas em anexo às respostas que estamos oferecendo.

D — As razões de ordem técnica que justificaram tal decisão. Perguntam, e entendemos foram as seguintes:

I — A política de contenção de combustível, conforme orientação do Governo Federal.

II — Renovação da frota da Assembléia Legislativa, que contava com vários veículos já inservíveis conforme comunicação da Seção de Transportes do Poder (Protocolado número 4.269/77) em anexo, como é o caso do veículo marca Ford Corcel - ano 1974, que estava lotado na Liderança do MDB acidentado e abandonado em Londrina no mês de setembro de 1976, motivo de designação de uma comissão já referida por mim.

Este automóvel infelizmente foi alineado por duzentos cruzeiros.

III — Necessidade de veículos que atendessem condignamente as representações dos Gabinetes, pois como já afirmamos, os carros alienados encontravam-se inservíveis, necessitando de reparos constantes, não mais oferecendo garantias de trânsito, sendo que o Serviço de Oficina da Assembléia começava a ficar sem recurso para repará-los, acarretando constantes empenhos de verbas às firmas especializadas para compra de peças, ocasionando perda de dinheiro para os cofres públicos.

IV — Os veículos adquiridos são de um baixo consumo de combustível, marca Chevrolet Chevette — aproximadamente 13 km por litro, e baixo custo de manutenção, sendo que o número de veículos do Poder foi reduzido por entender a Comissão Executiva que mesmo recolhendo os carros dos Srs. Diretores e diminuindo a frota da Assembléia, os 22 veículos atenderiam a necessidade do Poder.

Pergunta à Liderança do MDB:

Quanto à situação, em outro órgão do Governo, e se não houver, deveria haver pois se entende que toda a medida adotada para a obediência da lei que é a orientação da política de contenção de verbas visando a economia para os cofres públicos, a medida saneadora de vícios e de abusos.

Para este tópico há uma pergunta para o MDB. Lembro



que em 1972, quando o Primeiro Secretário deste Poder, foi também esta Assembléia Legislativa do Estado, o primeiro órgão de poder público, a adquirir na época automóveis marca Ford, tipo Corcel, que todos estranharam, por considerá-los para o Serviço Público, não resistentes. Todavia, demonstrou-se aqui na Assembléia Legislativa do Estado, que foram automóveis que realmente, em durabilidade e em economia deram e justificaram a atitude da Administração. Quero que no futuro, a aquisição feita pela Assembléia Legislativa do Estado, de automóveis de pequeno porte, e baixo consumo de combustível, também apresente os mesmos resultados.

Devo significar na resposta, que a Comissão Executiva da Assembléia não tem competência para determinar o emplacamento, porque há uma pergunta sobre: "Como se emplacou e se houve suplementação de verba para estas despesas?"

"A Comissão Executiva da Assembléia não tem competência para determinar o emplacamento dos veículos da Assembléia; mas, como responsável pelos mesmos, solicitou ao Departamento Estadual de Trânsito, a regularização documental, sendo deferidos pelo Sr. Diretor do DETRAN, os processos. As placas a serem utilizadas são de bronze e brancas, sendo que as primeiras foram colocadas nos carros de representação dos Gabinetes e as segundas, nos veículos da Administração.

As placas amarelas foram solicitadas e no entanto, encontram-se recolhidas, à seção de transportes, fora de uso, em virtude dos Senhores membros da Comissão Executiva, declinarem das prerrogativas do seu uso."

Devo salientar, que adiante darei as placas particulares requeridas. "Por determinação do Primeiro Secretário, a Chefia de Transporte, providenciou o emplacamento dos veículos obedecendo ao contido no Ofício 319/77, de 22 de agosto, de 1977, documento que também se encontra anexo.

Quanto à placa particular, utilizada por esta Assembléia Legislativa, como já dissemos, fora de uso, atualmente em veículo de sua propriedade, esclarecemos que a primeira placa deste tipo, foi utilizada no veículo Chevrolet, Veraneio, ano 1972, cor azul imperial, por determinação do então Presidente, Deputado João Mansur, através do Ofício 683/74, do Gabinete da Presidência, de 28/07/74, também em anexo, para que conste dos documentos que fazem prova, das respostas que estamos oferecendo.

O veículo pertencia à Presidência da Casa e recebeu a placa particular, AK-4865. Posteriormente, em data de 6 de maio de 1975, o novo Presidente da Assembléia, através do Ofício 329/75, GP, em anexo, solicitou a renovação da licença do veículo em apreço, que continuou com a placa AK-4865.

Em 10 de maio de 1976, pelo Ofício no. GP/325/76, o Senhor Presidente da época, solicitou licença para o mesmo veículo transitar com a placa amarela AK-4865 (Documento em anexo).

Através do Ofício GP/500/77 de 12 de maio de 1977, esta Presidência solicitou que a placa amarela AK-4865 fosse transferida para o veículo Chevrolet Chevette, desde que a Casa alienou o veículo Veraneio, da Presidência, também documento anexo.

Através do Ofício 364/77, o Senhor Primeiro Secretário solicitou que o veículo Chevrolet Chevette, que serva à Primeira Secretaria, fosse emplacado com a placa especial, e recebesse uma placa particular, o que ocorre, cujo número é AQ-8141. E por seu turno, também o nobre Deputado Líder do Governo, solicitou que o veículo Chevrolet Chevette daquele Gabinete, recebesse uma placa particular, AQ-7531.

Não houve complementação de verba para esta despesa, porque o DETRAN mesmo autorizando o trânsito dos veículos, com placa amarela, particular, não cobra do Poder, sequer qualquer taxa a título de impostos ou taxas.

Constam ainda os documentos da pasta que passarei às mãos de S. Exa.

Pergunta S. Exa.:

"I — QUANTO AOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

a) — Quanto a esse item vale ressaltar que a Assembléia Legislativa através da atual Comissão Executiva, não inovou qualquer tipo de contrato, tão somente continuou mantendo os mesmos contratos de prestação de serviços com as firmas enumeradas no documento número 1. Documento em anexo — onde fazemos juntada dos referidos contratos com seus respectivos valores e objetos inseridos, além de contrato mantido com a firma EMOPAR — com valor variável de custo de previsão para a construção do anexo do plenário, sendo que, por dispositivo legal, a respectiva firma tem preferência para execução de obras públicas.

b) — Houve aditamento dos contratos firmados com uma única firma — ORBRAM —, no serviço de datilógrafos e garçons, aumentando-se em número de 5 (cinco) os primeiros e um o segundo, justificando-se a medida em razão da necessidade de se dar melhor atendimento a esses setores da Casa. Vale ressaltar ainda, que por determinação desta Comissão Executiva, o número de datilógrafos está sendo reduzido de 12 (doze) para 9 (nove), o que seria apenas o acréscimo de um funcionário já que o contrato original era de 8 (oito) elementos.

c) — O vínculo contratual da Assembléia Legislativa diretamente com as firmas contratadas nos impede de discriminar os salários efetivamente pagos a esse pessoal, em virtude de que esta Casa paga diretamente à firma e esta a seus empregados, arcando com o custo dos encargos sociais, administração da empresa, material e impostos sobre serviços de qualquer natureza. No entanto, por cortesia da firma ORBRAM, anexamos documentos enviados a nós por aquela organização.

Quanto às atividades exercidas, anexamos como já foi dito acima, cópia de todos os contratos mantidos com as respectivas firmas, cuja responsabilidade de seleção de pessoal é encargo das mesmas, conforme cláusula contratual.

E esses documentos estão na pasta com o nome de todos os funcionários.

Pergunta a Liderança do MDB:

QUANTO ÀS VERBAS DOS GABINETES DE REPRESENTAÇÃO.

a — Explicar as razões de dotação de verbas aos gabinetes de representação."

E pede as razões de dotações de verbas de Gabinete de Representação.

"Quero crer que as razões determinantes de verbas dos gabinetes de representação devem ter sido objeto de justificativas à época de sua implantação, decorridos, acredito, já alguns decênios, ou, bem mais de 10 anos da sua implantação neste, e noutras Casas Legislativas, neste, e noutros Poderes do Estado. E por entendermos justas, as mantivemos, a exemplo dos demais Poderes do Estado, e das demais Assembléias do Brasil.

Pergunta:

Qual o valor total e discriminado por Despesa, das verbas destinadas aos Gabinetes, de representação.

E solicita que se discrimine também, o montante financeiro de cada Gabinete.

Como tem sido praxe nos últimos exercícios — eu digo últimos, porque não sei precisar desde quando se adota esta medida, há mais de 10 anos tenho certeza — são alocados créditos, aos Gabinetes. E assim o fez a presente Comissão Executiva, pelo Decreto Legislativo 94/77, o qual tão somente corrigiu valores para o presente exercício, como se compare com o Decreto Legislativo 30/76 da Comissão Executiva anterior, que também corrigia valores dos anos anteriores. Não houve qualquer inovação, na prática de se dotar verbas aos Gabinetes, tanto de representação, ou sob qualquer outra rubrica.

E dou aqui todos os valores para as diferentes verbas de Gabinete, começando pelo Serviço de Terceiros, explicitando

quanto constavam do exercício anterior, alocados pela Comissão Executiva anterior e, quanto constam atualmente, podendo significar, entretanto, que, nenhuma dessas verbas teve aumento superior a 30 por cento, valores corrigidos para todas as demais verbas da administração desta Casa, e dentro, naturalmente, de uma técnica orçamentária e muito abaixo do que se verificou constar da desvalorização da moeda.

Nisto, desejo significar que, além de dar em detalhes, os valores, Gabinete por Gabinete, seguem, inclusas, cópias dos decretos legislativos que deram origem a esta mutação de valores.

"C" — Da pergunta, consta se houve complementação ou remanejamento dessas verbas e pede que a Comissão Executiva justifique as razões.

Devo informar:

Não houve remanejamento e nem houve complementação dessas verbas.

Pergunta — "Item D":

Por que o orçamento analítico correspondente à Assembléia Legislativa, não é submetido à Comissão de Orçamento e, posteriormente, ao Plenário, se tal ocorre com o Poder Executivo?

Respondo:

Tal como ocorre com o Poder Executivo e o Poder Judiciário, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresenta o seu orçamento anual e plurianual, o qual é submetido à Comissão de Orçamento e posteriormente submetido ao Plenário, por força do artigo 32 da Constituição do Estado do Paraná, e esta disposição constitucional tem sido rigorosamente cumprida por todas as Comissões Executivas desta Casa; porque ali, está implícito "o orçamento anual compreenderá, obrigatoriamente, as despesas e receitas relativas a todos os Poderes".

Assim, o orçamento do presente exercício foi aprovado pela Lei 6843, de 02 de dezembro de 76, sendo que, o da Assembléia Legislativa está publicado a partir da página 45, do Diário Oficial no. 201, de 21/12/76, o qual faz a publicação da Lei supra-citada.

Atualmente, o orçamento é estruturado dentro da funcional programática, obedecendo disposições da Lei no. 4320, de 17 de março de 1964. O nosso orçamento para o exercício de 78, encontra-se a partir da página 75, da Proposta de Orçamento, Programa Anual de 1978, enviado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado.

A pergunta seguinte...

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Esta Presidência lamenta informar a V. Exa., que o tempo está esgotado e concede mais dois minutos para terminar a oração de V. Exa. O SR. IVO THOMAZONI — Por deliberação da Liderança da Arena, ocuparei os 15 minutos destinados à Aliança Renovadora Nacional.

(Lê): "IV — QUANTO À ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA ASSEMBLÉIA.

a) — Qual o total recebido, que se encontra contabilmente em caixa ou depósito bancário à disposição da Assembléia, pela atual Comissão Executiva, na data de aprovação deste pedido?

A Assembléia não mantém dinheiro em caixa, pois para atender despesas de "pronto pagamento" é emitido um adiantamento em nome do funcionário ocupante do cargo de Tesoureiro Geral, o qual fica responsável pela prestação de contas, obedecendo as determinações dos artigos 68 e 69 da Lei no. 4320, de 17 de março de 1964. Quanto ao saldo bancário, em

30 de outubro de 1977, conforme balancete contábil do mês de setembro, incluso (Documento no. 03), era de Cr\$ ..... 1.324.226,02 (Hum milhão, trezentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e seis cruzeiros e dois centavos), os quais se encontram, totalmente, no Banestado S/A, como se prova adiante.

b) — Quais os estabelecimentos bancários em que se encontram atualmente os numerários da Assembléia? Indicar valores e justificar a posição das verbas, bem como discriminar os valores exatos que estão imobilizados. O saldo citado na resposta anterior se encontra:

- a). Banestado S/A — Agência Centro Cívico  
Conta Movimento Geral, no. 2613-3  
(Documentos nos. 04 e 05) ..... Cr\$ 932.614,85
- b). Banestado S/A — Agência Murici  
Conta Restos a Pagar, no. 263022-6  
(Documento no. 06) ..... Cr\$ 391.611,17
- c). Bamerindus S/A — Agência Avenida  
Conta Pensionistas, no. 18520-7  
(Documento no. 07) ..... Cr\$ -----
- d). Bamerindus S/A — Agência Centro Cívico  
Conta Funcionários Adidos - no. 213154-2  
(Documento no. 08) ..... Cr\$ -----
- e). Banco Safra S/A — Agência Mal. Deodoro  
Conta Consignações e Descontos, no. 101788-2  
(Documentos nos. 09 e 10) ..... Cr\$ -----

TOTAL ..... Cr\$ 1.324.226,02" que era, exatamente, o que havíamos na resposta anterior.

"C) — Apresentar demonstrativo do balancete mensal elaborado pela Tesouraria, discriminadamente.

Os balancetes da Assembléia Legislativa, e é bom que os Srs. Deputados tomem conhecimento deste fato, "são publicados no Diário da Assembléia, assim:

Janeiro — dia 06 de abril de 1977, D.A. no. 30  
Fevereiro — dia 06 de abril de 1977, D.A. no. 30  
Março — dia 31 de março de 1977, D.A. no. 26  
Abril — dia 09 de maio de 1977, D.A. no. 49  
Maio — dia 30 de junho de 1977, D.A. no. 85  
Junho — dia 30 de agosto de 1977, D.A. no. 107  
Julho — dia 20 de setembro de 1977, D.A. no. 117

Agosto, ainda não foi publicado, mas com cópia inclusa, também, aqui para que o Sr. Deputado verifique da sua exatidão. E o de setembro, também não foi publicado, por atraso de publicação do nosso Diário da Assembléia, mas cuja cópia está apenas à pasta de documentos. Juntamos aqui os documentos de no. 03, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18.

Da Tesouraria Geral, seguem anexo, também os demonstrativos de conciliações bancárias, para os quais chamo a atenção do Sr. Deputado Líder do MDB, para que possa, ao analisar os saldos bancários, fazer a conciliação com os cheques emitidos aqui, à época, e não descontados na conta bancária, fechando também, no quadro balancete.

E na pergunta D, no item D — "Por que a Mesa não tem prestado contas ao Tribunal de Contas, e em que fundamento ou em que fundamenta a sua decisão?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos juntando às respostas, cópia de pareceres da douta Comissão de Constituição e Justiça deste Poder Legislativo, em cujas decisões as proposições nos. 116/74 e 149/75, desobriga a Assembléia Legislativa de tal procedimento. Anexo estas resoluções, documentos de nos. 19 e 20.

As contas são prestadas à Comissão de Tomada de Contas que emite parecer, o qual, posteriormente, é submetido à decisão

deste douto Plenário, o que, por coincidência, notem bem os Srs. Deputados, na data em que foi recebida a presente solicitação, pela Mesa, estava sendo objeto de 2a. discussão e votação, pelo Plenário, as contas dos exercícios de 74 e 75, através dos projetos de resolução nos. 289 e 288/77, respectivamente, faltando aí um cuidado só para que os Srs. Deputados verificassem que este procedimento não só nosso, mas das outras Comissões Executivas, sempre foi respeitado. Tanto que, no dia da apresentação do pedido de informações, o Plenário estava votando 2 resoluções em que constavam, exatamente, com pareceres da Comissão de Tomada de Contas, submetendo à aprovação do Plenário.

**O Sr. Erondy Silvério** — V. Exa. me concede um aparte? (Assentimento) Sr. Presidente, embora o requerimento de pedido de informações não fosse de nossa lavra, e sim da bancada do MDB, e embora em parte, tenham me convencido as explicações da Comissão Executiva, eu apenas pedi o aparte de V. Exa. para ressaltar uma posição. Quando V. Exa. disse aí que é usual, há mais de 10 anos, a Verba de Representações dos gabinetes, e como eu exerci, aqui, as funções de 1o. Secretário e de Presidente há 8 e 9 anos, respectivamente, eu quero deixar claro a esta Casa e a V. Exa. que a nossa Verba de Representação era de dez mil cruzeiros, na 1.a Secretaria, e de vinte mil cruzeiros, na Presidência. Portanto, era esta apenas, a ressalva que eu queria fazer a V. Exa.

Quanto à outra pergunta que faz o nobre Líder do MDB, no seu pedido de informações, o porquê do orçamento analítico da Assembléia Legislativa não ser submetido ao Plenário, ou à Comissão de Orçamento da Casa, V. Exa. respondeu que já o é. Mas, eu quero lembrar V. Exa. que o que a Comissão de Orçamento aprecia, é apenas o orçamento sintético do Poder Legislativo, e não analítico. O que o Plenário aprecia é o orçamento sintético do Poder Legislativo, e não analítico.

**O SR. IVO THOMAZONI** — E, a prestação de contas.

**O Sr. Erondy Silvério** — Estou falando em orçamento. São estas as duas ressalvas que eu gostaria de fazer a V. Exa., para eu não estar aqui fazendo o papel de bobo, de "bobo do rei", com o Projeto de Resolução que apresentei, ontem, à consideração da Casa.

**O SR. IVO THOMAZONI** — A Presidência, sem polemizar, sente-se no dever e na obrigação de prestar os esclarecimentos. A contabilidade da Assembléia Legislativa do Estado, uma das melhores de qualquer poder Público, está agindo rigorosamente dentro do que preceitua a Lei no. 4320.

Mas o Deputado Erondy Silvério falou no seu projeto de resolução, que tem o meu total apoio, mas tem um artigo que determina a prestação de contas da Assembléia ao Tribunal de Contas.

Também para que eu não faça o papel de "bobo da corte" devo dizer...

**O Sr. Erondy Silvério** — V. Exa. está errado.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Que tenho em mãos o parecer da CCJ contrariando aquele pensamento, num parecer exarado pelo eminente Deputado Erondy Silvério.

**O Sr. Erondy Silvério** — V. Exa. me permite mais um aparte? (Assentimento) V. Exa. não leu o meu projeto de Resolução, não existe este artigo a que V. Exa. se referiu.

**O SR. IVO THOMAZONI** — A Presidência trará o projeto de lei amanhã, e o lerá. Tão somente para que fique claro que nós não inovamos. Nós procuramos, dentro do que é humanamente possível, fazer o melhor, dentro das nossas forças e do nosso conhecimento.

Quero, eminentes Srs. Deputados, e Sr. Presidente, significar mais uma vez, está contido aqui, nesta pasta...

(Pausa) **O Sr. Deputado Erondy Silvério demonstra o seu projeto de lei ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.**

**O SR. IVO THOMAZONI** — Acho que fiz uma injustiça com o Deputado Erondy, mas li, num dos tópicos, do projeto

apresentado, a obrigatoriedade. E se fiz injustiça, peço humildemente ao Deputado que me perdoe.

**O Sr. Erondy Silvério** — Está desculpado.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Mas vejamos, eminentes Srs. Deputados, há procedimentos que não são criatividade nossa.

O eminente Deputado se refere a verbas bem menores de representação dos gabinetes da época em que S. Exa. foi Presidente e Primeiro Secretário.

Mas, ao encerrar, quero dizer, nenhuma Comissão Executiva, nenhuma, deixou de corrigir valores de um para outro exercício financeiro. Nenhuma. Se a prática usada não for correta, então punam-se a todos quantos agiram desta forma. Porque para mim é correta. Não é correto ficar-se com valor estético, sem se corrigir o valor da moeda para que a representatividade de cada gabinete sofra de ano a ano.

Sr. Deputado Trajano Bastos, a Presidência deste Poder espera estar falando em nome da Comissão Executiva. Está inteiramente à disposição de V. Exa., dos Srs. Deputados do MDB e da Aliança Renovadora Nacional também para se, nestas respostas que estamos oferecendo houver qualquer intenção de esconder qualquer procedimento, que sejamos cobrados publicamente. E que se tal não ocorrer, que qualquer dúvida que possa existir, sejamos por V. Exa., indagados, e prontamente estaremos à disposição. E se os Srs. Deputados desejarem, por ser matéria técnica, coloco à disposição, a Mesa coloca à disposição dos Srs. Deputados, o Diretor do Departamento de Finanças, para falar sobre a elaboração técnica, a execução técnica orçamentária deste Poder, para que se verifique que não há nenhum procedimento que não seja correto, que não tenha o respaldo da legislação. Colo-me portanto, à disposição.

**O Sr. Trajano Bastos** — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Ilustre Deputado Ivo Thomazoni, seria desnecessário repetir aqui o que afirmamos por ocasião do encaminhamento de votação deste pedido a V. Exa. e à Comissão Executiva.

Nem de longe pretendeu aquele requerimento acusar ou levantar suspeitas, Sr. Presidente, que hoje ocupa a tribuna. Sentiu-se o MDB na obrigação de solicitar esclarecimentos sobre a administração da Casa.

Agradeço a V. Exa. a disposição que reafirma em deixar à disposição dos Srs. Deputados, entre os quais me incluo, para esclarecimentos que possam ser necessários e digo a V. Exa. que será objeto da nossa atenção, a análise das respostas que V. Exa. lê hoje da tribuna e concluído este estudo que faremos com a maior seriedade. E se nada houver a reparar, Sr. Presidente, tanto melhor.

Tanto melhor e me congratulo por isso, se houver após os estudos que faremos das respostas que V. Exa. nos fornece, nada a reparar. Não será somente V. Exa., como Presidente deste Poder, nem será somente a Comissão Executiva, ou somente os membros da Mesa, mas todo este Poder que sairá engrandecido deste episódio.

Era isto, Sr. Presidente.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Deixo a tribuna. Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentando tão somente que o desejo tão salutar dos Srs. Deputados em conhecer da administração da Casa, e o procedimento da Mesa Executiva, tenham ensejado nos últimos dias, manchetes desabonadoras do bom nome deste Poder.

Não só os jornais, nos últimos 15 dias, mas os de hoje, nós lemos manchetes que realmente não condizem com o bom nome deste Poder Legislativo.

O "Diário do Paraná", por exemplo, diz hoje: "OLHO NAS CONTAS"; O Deputado Erondy, etc, etc., pretende moralizar".

"O Estado do Paraná" diz: "Resolução moralizadora, apresentada".

O "Correio do Paraná", abre manchete de primeira página

dizendo: "ASSEMBLÉIA: — Hoje a Verdade — Deputados vão esclarecer as irregularidades etc".

O que isto tem custado à dignidade dos parlamentares e à altivez e à soberania deste Poder, só Deus sabe. O desprestígio a que se coloca esta Casa na opinião pública, só o futuro dirá. Deus queira que todos nós, na análise das respostas que oferecemos possamos fazê-la desapassionadamente e discutí-las a nível de homens interessados em esclarecer a verdade, sem qualquer objetivo de alimentar a opinião pública, tão sequiosa de escândalos. Deixemos os escândalos para a área policial, já tão farta de acontecimentos degradantes e de tanta pequenez desta humanidade que já está se empobrecendo no seu valor.

Façamos com que todos nós possamos dizer a todos os que aqui nos conduziram, que somos todos homens altamente responsáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Wilson Fortes** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Ivo Thomazoni, eu acompanhei apenas estes dois dias, os acontecimentos aqui e fora da Casa, através dos jornais, que, aliás, senti muito, porque observamos que aí fora, a imagem do Poder Legislativo está bem maculada. Mas, nós que o conhecemos de longa data, nobre Deputado, que tivemos a honra de tê-lo conosco na Comissão Executiva, em alguns anos passados, como Primeiro Secretário; homem sério, correto, honesto e não poderíamos de deixar de fazer este aparte e dizer isto à Casa que o conhece muito bem e sabe disso.

Sei que a Comissão Executiva, presidida por V. Exa., e tendo como 1o. Secretário o Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, jamais se furtou a dar quaisquer esclarecimentos aos Srs. Deputados. O que sentimos é que os Srs. Deputados que fizeram esse pedido de informações, não tivessem procurado o seu gabinete, não tivessem motivado uma reunião das bancadas, para tratar desse assunto mais de portas fechadas. Não que a Comissão Executiva possa ter alguma coisa escondida, mas isso é um assunto interno. E o nobre Deputado Erondy Silvério, a quem prezamos muito, deveria ter tido essa magnífica idéia, essa luminosa idéia, quando foi Presidente ou 1o. Secretário da Casa.

**O Sr. Trajano Bastos** — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento)

Deputado Ivo Thomazoni, não poderia, depois do aparte que lhe concedeu o Deputado Wilson Fortes, deixar de apartear-lo também.

Devo reafirmar a V. Exa. que talvez o ilustre Deputado não tenha me ouvido. O MDB usou da tribuna da Casa para fazer esse pedido de informações, o fez usando de suas prerrogativas. E ainda mais, usando de uma afirmativa de V. Exa., baseado num pensamento de V. Exa., esposado dessa tribuna, que, dentro deste Poder, nada tinha a esconder.

Então, não há razão de crítica nenhuma dos Srs. Deputados que esse pedido tenha sido feito da tribuna.

E o papel da imprensa, Sr. Presidente, me permita aqui um reparo — não quero assumir o papel de defensor da imprensa —, mas ela está cumprindo a sua obrigação: informar. Não pretendemos tirar da imprensa essa prerrogativa.

Eram os esclarecimentos que queria trazer a V. Exa. e ainda dizer mais, que a imprensa além de informar está "par e passu" com a competência deste Poder: fiscalizar.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Obrigado, Sr. Deputado.

Estou saindo da tribuna. Ninguém atacou a imprensa. Apenas o Presidente lamentou que as manchetes da edição de hoje, de todos os jornais, colocassem este Poder na berlinda.

Infelizmente, é verdade, Sr. Deputado. A cada passo, a cada pergunta, a cada pedido de informações, há quem não indaga, mas julga por antecipação, a culpa da administração.

**O SR. PRESIDENTE** — (Ernesto Gnoato) A Presidência informa que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. Concede-lhe no entanto, mais 1 minuto para concluir.

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Sr. Presidente, se o Sr. Deputado Ivo Thomazoni desejar, poderá usar o horário reservado ao MDB.

**O SR. IVO THOMAZONI** — Obrigado. Mas, o que a Presidência poderá fazer é passar às mãos do Sr. Líder do MDB, os documentos que aqui nos referimos. — (Sem revisão do orador).

**O SR. TRAJANO BASTOS** — Sr. Presidente, então o horário reservado ao MDB, será usado pelo Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

**O SR. VALTER PIETRÂNGELO** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje é o Dia da Criança, e não poderia haver data mais adequada para que prestássemos alguns esclarecimentos à Casa e à imprensa também que tanto tem comentado, e principalmente estimulado, o funcionamento nesta Casa, de uma Comissão Especial que procura analisar o problema do menor carente, do menor abandonado, do menor delinquente paranaense, em busca de ampliar, de aprimorar o atendimento nesse setor.

Nós tivemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a satisfação de sermos convidados pelo Deputado Ezequias Losso, que preside esta Comissão Especial, para assumirmos o encargo de Relator.

É claro que, diante de um volume de serviços, de compromissos, de atribuições que já possuímos, nós vimos, nesse convite, uma etapa de trabalho, de sacrifício, bastante acentuada. Mas, diante disso, está, desgraçadamente, a imagem dantesca de um dos problemas acho que até o mais grave de toda a Nação e de todo o mundo, que é a criança desamparada.

Pretendemos esclarecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, não obstante esta Comissão tenha sido formada por força de matéria legislativa proposta pelo nobre Deputado Nilso Squarezi, exatamente na sessão do dia 09 de outubro de 1975, nós pretendemos deixar claro que, para nós, esta Comissão foi formada a partir do instante em que aceitamos a responsabilidade de sermos o Relator. Por isto é que decidimos esquecer completamente o episódio de que ela já existe há quase dois anos.

Assumimos a responsabilidade, Srs. Deputados, com desejos de realmente pesquisar o problema, de analisar a situação, em nível estadual, porque efetivamente as nossas prerrogativas nos limitam, à busca de soluções, a utilizarmos a força deste Poder para conquistarmos, pelo menos, algum progresso nesse setor.

Ao reverenciar a compreensão desta Casa em permitir que esta Comissão Especial ainda subsista depois de tanto tempo de formada, eu registro o apelo: para que aceitem o nosso raciocínio ao entender que a Comissão, realmente, nasceu quando nós assumimos o compromisso de relatá-la.

Ao mesmo tempo, quando eu agradeço a imprensa, também, pela compreensão e pelo estímulo através da crítica construtiva, espero poder particularizar esta reverência, aos eminentes jornalistas Emir Sfair e Valmor Marcelino.

Hoje, Srs. Deputados, nós entendemos como causas principais do desamparo e aumento da criminalidade dos menores, o fator econômico, sócio-econômico, a falta de cumprimento das leis, o crescimento demográfico, o movimento migratório desordenado, pois cresce cada vez mais a migração das populações pobres do interior, para as cidades onde, sem condições de trabalhar, procuram sobreviver através da mendicância e do roubo, chegando até à agressão violenta. A urbanização rápida e desordenada, a remoção das favelas sem planejamento adequado, a falta de habitação condizente com empregos, trabalhos e funções; o desemprego, o sub-emprego, a ausência da mulher no lar; a previdência social deficiente ou inadequada; a falta de coordenação entre os órgãos responsáveis pela educação, escolas públicas sem condições de oferecerem atrativos para permanência do menor fora do horário de aula, ou com horários inadequados.

Também há falta de atividades específicas para proporcionar recreação adequada, tanto para as crianças pequenas, quanto para o adolescente.

O desenvolvimento industrial desnivelado; a atitude de acomodação de parte da comunidade, dando esmolas ou fugindo à própria responsabilidade.

A divulgação negativa, através dos meios de comunicação; a falta de polícia aperfeiçoada ou polícia especial.

Compreendendo, Srs. Deputados, que a homenagem mais cristã, mais humana e mais pura, se homenagear a criança no seu dia, é exatamente o esforço do Parlamento, deste Parlamento, para que se debata, se pesquise, se busque soluções no aprimoramento do atendimento ao menor abandonado.

Estamos aí, sendo surpreendidos, quase que diariamente, pelas manchetes brutais da nossa imprensa, trazendo notícias de crimes e, a maioria deles praticados, por delinqüentes egressos das nossas escolas correccionais ou de assistência.

Realmente, um fato que entristece, que preocupa e, que mais ainda, nos sacode para uma omissão imperdoável do Poder Público e da própria comunidade brasileira e paranaense.

Nós já pudemos observar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a par da ausência de recursos, do distanciamento do Poder Público que precisa direcionar a sua atitude na busca de combater causas e não efeitos; o menor abandonado está numa escala de prioridades a perder de vista. Vejam os Srs. Deputados que por declaração do próprio Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, hoje, o Paraná tem mais de 300 mil crianças carentes do amparo do Poder Público.

Número que chega a atingir em torno de quatro milhões em todo o território nacional, e a cruzar também a marca de um bilhão de menores abandonados em todo o mundo. E, ao manusear a relação que o Instituto de Assistência ao Menor propôs a esta Comissão, observamos que o Estado do Paraná, que segundo seu Secretário de Promoção Social, possui mais de trezentos mil menores abandonados, o Instituto de Assistência ao Menor, que é o órgão oficial do Governo do Estado e as entidades particulares, que o atendimento direto e indireto do IAM, não chega a atender 4 por cento desse número.

Isto mostra, eloqüentemente, que neste setor aonde já tem se observado a presença da demagogia, de atitudes eleitoreiras, a presença da inverdade do poder público, o atendimento é deveras de fazer doer o coração, a alma e as consciências dos homens livres, preocupados, e, principalmente, daqueles que têm a atribuição de defenderem as causas legítimas e justas da nossa gente.

Na reunião de ontem que fizemos, da Comissão Especial que pretende estudar o problema do menor, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós procuramos enfocar o nosso entendimento de que a par da necessidade da estrutura física e material para atender a criança, e atendendo a criança se atende a comunidade, se atende a nós próprios. Nós compreendemos que há necessidade de se implantar, de se ensinar, de se adotar uma filosofia de atendimento, uma mudança radical de métodos onde o menor possa ser visto, entendido, educado, corrigido, como ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus.

Por isto nós pretendemos agora, periodicamente, semanalmente, estudar o assunto. Primeiro, no seu plano filosófico, e em seguida, no seu aspecto de recursos materiais.

E por isto nós propusemos à Comissão que passemos a colher os depoimentos de autoridades ligadas ao setor educacional, ao setor jurídico, ao setor médico, psiquiátrico, no setor da promoção social e outros.

E a Comissão decidiu por aprovar, Sr. Presidente, o convite a diversas autoridades de reconhecida vivência nesse assunto, quando nós entendemos que o problema do menor nesse Estado, precisa ser enfocado de forma bem ampla a de se descentralizar as responsabilidades.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Deputado Pietrângelo. V. Exa. me

concede um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Já concederei. Apesar da falta de convocações, de convites, permanecerem em aberto aonde nós pedimos aos Srs. Deputados que sugiram ...

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) (Faz soar os tímpanos)

A Presidência lamenta informar a V. Exa. que o seu tempo está esgotado e lhe concede mais um minuto para o término de sua oração.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Concluirei, Sr. Presidente.

Nós já sugerimos à comissão que convide o Professor Leo Kessel, entidade reconhecidamente conceituada no setor educacional; o Dr. Plínio Pessoa, no setor psiquiátrico, médico, clínica geral; o Dr. João Régis Teixeira, no setor jurídico; o Dr. Mário Altenfelder, Secretário da Promoção Social do Estado de São Paulo; o próprio Presidente da FUNABEM, o Sr. Fawler de Mello; a Professora, Psicóloga, Neide de Azevedo Lima; os Secretários Arnaldo Busato, Borsari Neto; Secretário de Segurança também. É evidente que iremos colher o depoimento do Dr. Newton Greim, do Instituto de Assistência ao Menor, como propusemos e a comissão decidiu-se por convocar uma entidade representativa do Poder Judiciário, do Juizado de Menores, Assistente Social do Instituto de Assistência ao Menor ...

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — ... e o próprio jornalista, Emir Sfair.

O Sr. Accioly Neto — V. Exa. me concede um aparte?

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Com muito prazer, Deputado Accioly Neto. Com a liberação dada pelo Deputado Fidelcino Tolentino, concedo o aparte ao Deputado Accioly Neto.

O SR. PRESIDENTE — (Ernesto Gnoato) Faz soar os tímpanos

A Presidência informa a V. Exa. que o tempo que dispunha está esgotado e lhe concede um minuto para o término de sua oração.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nós voltaremos a debater o assunto porque, temos aqui uma série de considerações que consideramos de caráter vital a fornecer ao Plenário.

E concedemos este minuto restante ao eminente Deputado Accioly Neto.

O Sr. Accioly Neto — Eu queria apenas, eminente Deputado Valter Pietrângelo, a título de colaboração, fazer algumas considerações em torno do depoimento realizado por V. Exa., que ouvi com muita atenção.

Inicialmente, parece-me que a Comissão deve diversificar o seu trabalho a fim de atender a dois ângulos distintos do problema do menor.

O primeiro é o problema do menor não delinqüente, para o qual existe uma solução específica. E o outro ângulo, é o do menor que já delinqüiu, e que exige, portanto, uma terapêutica diversa.

Afora isso, solicitaria a V. Exa., como relator nesta Comissão, que propusesse o debate de dois temas relacionados não só com o menor não delinqüente, como aquele que já delinqüiu. Refiro-me à questão pertinente à toxicomania e a um debate amplo com juristas a propósito da menoridade penal.

Estes dois temas estão hoje, Sr. Deputado, de forma preponderante, influenciando no equacionamento e encaminhamento de soluções relacionadas com o menor. A toxicomania já está reconhecida, lamentavelmente, como a grande causa de desvio da juventude, ou para delinqüir, ou para manter uma atitude de inércia diante das atividades relacionadas com sua própria vida.

E por outro lado, a menoridade penal fixada em 18 anos, é critério de 1940, data do atual Código Penal. Seria necessário, com relação a este aspecto, estudar este limite em face da situação que nós vivemos nos dias de hoje, em que a capacidade

de discernimento de um homem ou de uma mulher bem antes dos 18 anos. Portanto, deve ser reduzido, no meu entendimento, este limite de menoridade penal, para que nós possamos, em relação ao menor que já delinqüiu, ter uma atitude mais positiva, de sorte a fazer com que não se lhe dê apenas um tratamento correccional, mas um tratamento penal, correspondente ao discernimento que já tem, sobre o bem e o mal.

É nesse sentido que eu apartei V. Exa., com essa colaboração que, espero, sirva ao trabalho magnífico realizado por esta Comissão.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Perfeitamente, Deputado Accioly.

E esse é o enfoque, moderno, do problema do menor. Já se processa, em países europeus, e que o Brasil precisa com urgência, estudar, pesquisar e adotar.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta, mas está esgotado o tempo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, concluo as palavras, agradecido pela liberalidade da Presidência.

Mas, Sr. Presidente, a nossa homenagem à criança nesse dia, é, pelo menos, essa promessa de trabalho que hoje aqui registramos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a V. Exa., que determine seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Defiro a questão de ordem de V. Exa., e solicito ao Sr. 1º. Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 92/77, oriundo da Mensagem Governamental no. 76/77, que objetiva acrescer na Tabela VII, do Anexo I, da Lei no. 6863, de 04/04/77, as expressões que especifica, transfere os cargos da Parte Suplementar para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adotar outras providências. Com pareceres da C.C.J., pelo desmembramento do projeto e com SUBSTITUTIVO PARCIAL, da C.F. Favorável ao Projeto, e COM EMENDA, ambos por unanimidade, e da C.R.H., Favorável por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação o Substitutivo Parcial. Em discussão. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, tendo em vista que nas votações anteriores, eu havia requerido abstenção com fundamento no artigo 158, letra "b", apenas desejava indagar da Mesa, com relação a esse Substitutivo, qual é o seu texto.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência pode

adiantar a V. Exa. que não está impedido de votar.

Trata o artigo 1º.: (Lê artigo 1º., do Projeto de Lei no. 92/77).

O SR. ACCIOLY NETO — Nestas condições, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Substitutivo parcial da C.C.J., — APROVADO.

Como anteriormente decidiu o Plenário, definido, o Projeto de Lei no. 92/77, retornará à C.C.J., para receber redação técnica legislativa, para retornar ao Plenário no que concerne ao artigo 2º e parágrafos.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 109/77, oriundo da Mensagem Governamental no. 109/77, que objetiva alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas carreiras do necessário número de cargos. Com pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., C.P. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. - APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, com apoio de 33 Srs. Deputados, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, visando a federalização da Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", de Bandeirantes. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da veneranda Senhora Virgínia de Souza Fernandes. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ferdinando Claus Moecke, ocorrido na cidade de União da Vitória. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Américo Alves Pereira, ocorrido na cidade de Janiópolis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser elaborada e remetida a esta Casa, Mensagem de transformação da Junta Comercial do Estado do Paraná, em autarquia estadual. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao SENAC, encarecendo seja estudada a possibilidade de o mesmo serviço criar uma escola na sede do Município de Toledo. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de moção de apoio desta Casa, ao Sr. Presidente do Conselho Diretor do Clube Atlético Paranaense, Sr. Aníbal Khury, pela iniciativa de dirigir proposta de compra do Estádio do Paraná (Pinheirão). — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do "Dia do Engenheiro Agrônomo". — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, consubstanciado em apelo no sentido de que recomende, com empenho, à Confederação Brasileira de Desportos, o exame aprofundado do estudo elaborado pelo Sr. Antônio de Mello Pacheco, que visa racionalizar o Campeonato Brasileiro de Futebol. — APROVADO.



Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes e ao Sr. Comandante da Polícia Rodoviária, no sentido de que determine providências para o deslocamento de policiamento permanente na rodovia BR-158, no trecho Laranjeiras do Sul - Salto Santiago. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, pelo Programa de Política Nacional de Cultura, que vem sendo executado por aquele Ministério, incorporando-se à Política Nacional Intergrada da Educação e a Política Nacional da Educação Física e Desportos, já em desenvolvimento em nosso País. — Em discussão.

O SR. ACCIOLY NETO e o SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Ambos pedem a palavra para discutir).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, também subscrito pelo Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando seja oficialado aos Srs. Secretários da Segurança Pública e da Justiça, no sentido de que sejam tomadas providências, visando oferecer intenso policiamento à cidade de Janiópolis, onde acaba de ser, covardemente assassinado, o Chefe do Serviço Rodoviário Municipal. Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação —

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de tecer qualquer comentário sobre o requerimento em pauta, gostaria de deixar claro a esta Casa que não tenho nenhuma participação política no Município de Janiópolis.

Tenho sido até adversário político do ex-Prefeito Alfeu Theodoro. Estou, inteiramente, a favor do requerimento apresentado pelos ilustres Deputados Osvaldo Macedo e Jayme Carvalho.

Acho que numa circunstância como narraram, aqui, que, para mim foi surpresa, pediram a designação de delegado especial, eu não vejo porque se negar que vá até aquele município um delegado especial para apurar os fatos ocorridos naquele município. Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com referência ao pronunciamento do Deputado Osvaldo Macedo, que, narrando o fato, induziu um pré-julgamento e, no meu entendimento, é necessário que tenhamos, primeiro, em mãos, o inquérito feito pelo delegado especial para, depois, analisarmos o que realmente ocorreu. Não podemos nunca, pré-julgar um fato dessa natureza e eu discordo mais quando o ilustre Deputado fez alusão ao nome do Chefe da Casa Civil. E, esse homem que na sua vida pública de há 15 anos, eu sou testemunha e conheço o seu comportamento, Armando Queiroz, Chefe da Casa Civil, exerceu, por 12 anos, o mando político de Campo Mourão e de muitos municípios da vizinhança, e nunca cometeu um ato de arbitrariedade. Nunca praticou um ato de injustiça e nunca perseguiu ninguém. Pelo contrário, muitas vezes companheiros seus exigiam a tomada de posição contra alguma situação, e Armando Queiroz sempre foi um homem que agiu contemporizando situações, pedindo calma a companheiros, tolerância, paciência e compreensão.

Sei que esse homem não seria nunca capaz de acobertar um ato injusto ou um ato criminoso. Na sua condição de Chefe da Casa Civil, ele não poderia e não pode nunca, tomar posição.

À Casa Civil compete cumprir determinações e obedecer critérios. Não pode nunca decidir por si só. E cumprindo deter-

minações e obedecendo critérios, eu sei que a Casa Civil corretamente tem agido. Não podemos também imputar à Casa Civil ou ao Governo do Paraná, ou ao Governador, ou a qualquer Secretário, um ato arbitrário ocorrido em qualquer parte do nosso Estado.

Nós sabemos e lamentamos que tenha acontecido isto em Janiópolis. E também afirmamos que não é só em Janiópolis. Infelizmente tem acontecido em vários municípios do Estado, crimes de toda a espécie. Nós não somos a favor e tenho certeza que o Governador também não é a favor. O Governador jamais pode ser responsabilizado por qualquer crime que ocorra em qualquer parte do Estado.

E era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quero deixar bem claro. Sou inteiramente a favor do requerimento, que pede um Delegado Especial para Janiópolis. E depois do relatório deste Delegado, é que nós deveremos então comentar o que realmente houve.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. OSVALDO MACEDO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, e em seguida, ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Fico contente que o espírito de justiça do eminente Deputado Augusto Carneiro, faz com que ele esteja de acordo com o requerimento que juntamente com o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, subscrevemos e que agora conta também com a assinatura do Deputado Quielse Crisóstomo.

Devo dizer que diretamente nenhuma acusação foi feita ao Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Sr. Armando Queiroz.

Disse, quando usava da tribuna, o que ouvira de líderes políticos daquele município, que infelizmente, — e isto consta do meu pronunciamento — o Sr. Chefe da Casa Civil que teve influência política no município, oferece proteção política aos adversários das pessoas cujos direitos foram agredidos. Fico também contente que o espírito de justiça do Sr. Chefe da Casa Civil talvez possa agora sensibilizar o Sr. Governador do Estado; possa sensibilizar também o Sr. Secretário de Segurança Pública, para oferecer agora, a Janiópolis, a segurança que já deveria ter tido há um ano, para que esse fato trágico não tivesse ocorrido.

Mas, se por um lado fico contente com o aval que do Deputado Augusto Carneiro oferece ao nosso requerimento, por outro lado, queria chamar a atenção para a evidência, para a prova, para a reafirmação que o fato é intolerável, a existência dos famigerados comandos políticos. Talvez, alguém que tivesse exercido comando político no interior, não tivesse ainda perdido o costume de exercê-lo, mesmo mantendo um mandato, que talvez daqui se esclareça que, talvez, esses comandos políticos são os que infelicitem a vida política do interior do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhamento de votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná está de luto, está de luto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque, infelizmente, morre, covardemente assassinado, um líder. E nós, não querendo prejudicar, digo, pré-julgar, poderíamos e até mesmo, profetizar porque este homem que falece, não foi a primeira vez que lutou pela sobrevivência diante de ameaças. Ameaças políticas em Janiópolis.

Este moço, Sr. Presidente, o querido Américo Alves Ribeiro, o "Americão" de Janiópolis, já veio certa vez para Curitiba, seqüestrado por líderes bandidos de Janiópolis; e foi

esconder-se em minha casa, defendendo sua própria vida. E eu tive que sair com o A3ilic7ao, pelas ruas de Curitiba, protegendo-o, porque sua vida estava em jogo. E aqui está o testemunho da veemência da verdade do Americão. O Americão está morto, Presidente, por covardes políticos, eu tenho certeza. Covardes políticos que não tiveram coragem de me enfrentar e mataram-no. Ele agora está morto. Não posso fazer mais nada, porque já morreu.

Mas os covardes eu sei quem são. E eu vou lutar com ele, Americão, esteja lá onde você estiver, neste momneto; estarei ao seu lado, não interessa se você está no MDB. Sei quanto sofreu, sei quanto você anunciava a sua morte, quando saía pelas ruas de Janiópolis. Sei porque você morreu.

Americão, prezados Srs. Deputados, estas coisas não devem ser atribuídas a comando político, disto eu discordo dos nobres Pares do MDB. Porque os covardes estão dentro e fora dos comandos políticos. E hoje, desconheço a situação política de comandos em Janiópolis, porque o Prefeito é do MDB, e eu estou afastado das lides políticas de Janiópolis, mas este fato eu conheço bem.

Este moço morreu, eu conheço bem as razões que o levaram à morte. Porque eu já o protegi muitas vezes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Assino este requerimento por entendê-lo oportuno e de justiça e que esta Casa veja, através de seus líderes dos dois partidos, que estes episódios não se repitam, porque npos, políticos, somos gladiadores de, na derrota ou na vitória, manter a altivez.

E existem políticos, na Arena e no MDB, que não sabem perder, e acho que em Janiópolis tem políticos da Arena que não souberam perder a eleição para Prefeito. Eu acho isto, Sr. Presidente. Em qualquer situação, a verdade tem que ser dita. E aqui está uma vida que se perde de um ex-Presidente da Câmara da Arena em Janiópolis.

Não faço profecias, mas quero não só apoiar este requerimento, mas oferecer meus préstimos como parlamentar, e, sobretudo, como homem e ser humano, até às últimas consequências, para que seja elucidado este crime. Que não é o primeiro em Janiópolis, Sr. Presidente. E, se não tomarmos providências, não será o último.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Classe política está de luto, porque esta morte, tenho certeza, tem vínculos políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o requerimento.

O SR. ACCIOLY NETO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não pretendia expressar publicamente o meu apoio incondicional, mais uma vez, à uma proposta de Delegado Especial para um crime de homicídio ocorrido no Município de Janiópolis.

Vejo-me contudo, obrigado a falar em encaminhamento de votação, em torno deste pedido.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda tem valor a velha expressão de que "nem tanto mar, nem tanto terra". A mim, como a todos nesta Casa, repugna a violência de qualquer tipo. Quer quando se trate de morte natural, pelo homicídio, quer quando se trate de morte civil, pelo afastamento compulsório da vida pública.

Ocasionalmente, a cada vez que ocorre um homicídio em Janiópolis, sempre lhe dão, subjacentemente, como causa, a atividade política. Não afirmo que seja errada tal interpretação, mas também não aceito-a como absoluta e indiscutível. O que me parece, é que nós estamos diante de mais um caso de homicídio no Município de Janiópolis, que deve ser encarado como

um fato que se tem tornado comum naquela unidade do Estado do do Paraná, pela ausência de organismo policial eficiente que seja composto de um titular, sendo Delegado de Carreira, e um destacamento policial em condições de atender não só às ocorrências, mas também desenvolver um policiamento ostensivo naquele município.

Representante daquele município, perdi há algum tempo, a direito, junto ao Governo, de reivindicar em favor de Janiópolis, uma melhor adequação do seu organismo policial, com a situação reinante ali. Pedi reiteradas vezes, através de ofícios, ou verbalmente, que se desse ao Município de Janiópolis um Delegado de Carreira, que tivesse condições pessoais, e com completa isenção política, de exercer a atribuição de ser o responsável pela segurança de todos que ali trabalham e habitam.

Não fui atendido até hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Se reclamo da falta de atenção a tais pedidos, hoje com mais esse lamentável fato, vejo que tinha razão e que não tinham razão aqueles que se negaram a atender os meus apelos.

Não vai aqui nenhuma crítica; não pretendo também responsabilizar quem quer que seja. Acho apenas, que em relação a Janiópolis, o Governo do Estado não tem o menor interesse em relação à sua segurança. Se o tivesse, de há muito tempo já teria dado ao organismo policial de Janiópolis uma melhor estrutura material e pessoal.

Por outro lado, se há envolvimento político, há, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ele deve ser julgado com seriedade, porque não se pode fazer da vida de alguém um trampolim para o futuro. Não se pode utilizar a morte como um mero elemento a subsidiar uma trajetória política. A morte é tão triste, que é protesto usá-la para se conseguir viver.

Eu também, Sr. Presidente, endosso esse requerimento, e peço que ali se inclua, além do Delegado Especial para este caso, que o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, saia do seu adormecimento, e indique, desde logo, o delegado de carreira e um destacamento policial para Janiópolis, a fim de que nós não sejamos obrigados, a curto prazo, requerer novamente um Delegado Especial para atender um novo homicídio nesse município.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, sem nenhuma alusão ao fato, congratula-se com o Plenário, por ter votado, em 3.a discussão, o Projeto de Lei no. 109/77, oriundo da Mensagem Governamental, que objetiva alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado.

Pretende-se, com a urgência que este Plenário apreciou esta matéria, que o Poder Executivo, numericamente, disponha de Delegados de Carreira para atender o grande número de municípios, além daqueles considerados sede de comarca, e que o aparelho policial tenha melhores condições de atender a integridade física da coletividade brasileira que aqui reside.

Em votação o requerimento. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, reivindicando a implantação de Inspeção Regional de Ensino, na cidade de Engenheiro Beltrão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando sejam encaminhados expedientes à Associação das Câmaras Municipais do Paraná, à União dos Vereadores do Brasil e a todos os prefeitos dos municípios brasileiros, sugerindo a formação de uma corrente reivindicatória de caráter nacional, no sentido de conseguir junto ao governo federal, que a Lei Complementar Reguladora do Item III, do art. 25 da Emenda Constitucional no. 01, de 17 de outubro de 1969, seja proposta à consideração do Congresso Nacional. APROVADO

A Presidência, regimentalmente, tem que usar de um expediente: tentou contactar, durante a tarde de hoje, com o gabinete do Senador Teotônio Vilela, em Brasília. Foi impossível o contacto com S. Exa., mas está confirmada, de ontem, a presença de S. Exa. neste plenário, amanhã, às 14,30 horas.

Podendo, todavia, ocorrer a ausência de S. Exa., a Presidência vai designar a pauta para a sessão de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 186/77;  
marcando ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nos. 123/75, 38/77, 43/77, 75/77, 76/77, 89/77, 101/77 e 111/77, e de Resolução nos. 288/77 a 304/77.

Levanta-se a Sessão.